

IIIEE / BUENOS AIRES

REFORMA EDUCATIVA E GOVERNABILIDADE DA EDUCAÇÃO

SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE "GOVERNABILIDADE DOS SISTEMAS EDUCATIVOS
NA AMÉRICA LATINA"
(24 E 25 DE NOVEMBRO DE 2003)

JOAQUIM AZEVEDO

Frente às perspectivas de que a governabilidade de que os sistemas de ensino se referem
especificamente ao campo da educação, ou seja, de que os sistemas de ensino de caráter
de política e de liberdade de ensino que se desenvolvem para serem capazes de responder
para a participação social, tendo em vista assegurar que o sistema educacional se organize e

REFORMA EDUCATIVA E GOVERNABILIDADE DA EDUCAÇÃO

JOAQUIM AZEVEDO¹

INTRODUÇÃO

Esta comunicação inscreve-se no Seminário Internacional promovido pelo IIPE- Unesco, sede regional de Buenos Aires, sobre “Governabilidad de los Sistemas Educativos en América Latina”. Neste seminário duas grandes áreas foram definidas: a dimensão política da governabilidade (politics) e a dimensão da organização de todo o sistema educativo tendo em vista garantir uma governabilidade democrática, capaz de garantir uma educação de qualidade, com eficácia e eficiência (policy).

No âmbito desta segunda dimensão foi-me solicitada uma intervenção no painel sobre “a dimensão institucional da governabilidade”, painel este intitulado “Reforma e fortalecimento das capacidades de governo e de gestão do Estado nos seus diferentes níveis territoriais”.

Além disto, foi-me solicitada uma reflexão que pudesse conter uma visão oriunda não só da reflexão académica sobre esta realidade, mas que tivesse em conta também a minha experiência política e governativa (em Portugal, como membro da Comissão que orientou a Reforma do Sistema Educativo, em 1986 e 1987, como responsável nacional pelo ensino pós-obrigatório, de nível secundário, entre 1987 e 1992, como membro do Governo, em 1992 e 1993, como membro de uma Assembleia de Escola, em representação dos pais, entre 2000 e 2002, e como membro da Comissão Coordenadora do Conselho Nacional de Educação, entre 1996 e 2003).

A minha comunicação surge assim claramente contextualizada. Nela vou procurar reflectir sobre os processos de reforma educativa em geral e particularmente sobre os processos de descentralização e de autonomia das escolas, na União Europeia (UE) e em Portugal. Procuo fazê-lo numa perspectiva reflexiva e crítica, decorridos os anos oitenta e noventa e acumulada que foi uma experiência própria, partilhada com muitos outros actores.

Parto da perspectiva de que a governabilidade de que estamos a falar se refere especificamente ao campo da educação, ou seja, de que falamos do conjunto de medidas de política e de dinâmicas sociais que se desencadeiam, num quadro democrático e de ampla participação social, tendo em vista assegurar que o sistema educativo se organize e

¹ Professor Associado da Universidade Católica Portuguesa, Membro do Conselho Nacional de Educação e Presidente da Fundação Manuel Leão.

